

A REESCRITA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA: UMA EXPERIÊNCIA COM PROFESSORES

Ivanize Ribeiro de Souza¹

Renilson José Menegassi²

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de intervenção pedagógica com a escrita, instrumentalizada através de oficinas pedagógicas junto a um grupo de professores, nas quais se procurou, à luz da Teoria Enunciativa de Linguagem e da Perspectiva Sociointeracionista de Ensino, oferecer contribuições para a mediação docente na superação das dificuldades apresentadas pelos estudantes no desenvolvimento da escrita. Para tanto, sintetiza um referencial teórico, pautado nas ideias de Bakhtin e de seu Círculo e de pesquisadores brasileiros nessa área, tomado como base para sustentar a mudança de postura pedagógica considerada necessária ao enfrentamento do problema mencionado. Descreve de forma reflexiva a pesquisa realizada, cujos objetivos foram: fomentar a consolidação de espaços de discussão teórico-metodológica entre os professores de língua materna no interior dos estabelecimentos de ensino; contribuir para a assunção de uma postura crítico-reflexiva pelos profissionais docentes em relação as práticas pedagógicas com a escrita que se colocam a serviço do normativismo gramatical; disseminar junto aos professores da rede estadual de educação básica do Paraná elementos teórico-metodológicos que lhes permitam apropriar-se da reescrita enquanto procedimento inerente ao ensino da produção textual. Por fim, apresenta sua leitura do processo, apontando que as metas mobilizadoras do intento pedagógico foram satisfatoriamente alcançadas, uma vez que os subsídios teóricos e metodológicos necessários à prática docente relativos ao ensino da escrita foram oferecidos, didaticamente discutidos, exemplificados e experimentados, conferindo, assim, êxito a iniciativa.

Palavras-chave: escrita; reescrita; interação; intervenção docente; desenvolvimento

¹ Professora da Rede Pública do Estado do Paraná, Mestre em Letras (UEM); Docente do Departamento de Letras da FACINOR – Loanda. E-mail: ivanize_souza@seed.pr.gov.br

² Professor do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Letras (Unesp-Assis). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Interação e Escrita no Ensino Aprendizagem (UEM/CNPQ) – www.escita.uem.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura descrever e discutir o processo de implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica intitulado “O papel da reescrita e da intervenção docente no desenvolvimento da produção de texto”, construído e implementado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE do Governo do Estado do Paraná, entre os anos de 2009 e 2011.

O PDE é uma política pública do estado do Paraná que busca promover o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, com o objetivo de promover a produção de conhecimentos e as mudanças qualitativas na prática escolar rumo a melhoria do trabalho realizado na escola pública paranaense. O Programa está estruturado em três grandes eixos de atividades, quais sejam: atividades de integração teórico-práticas, atividades de aprofundamento teórico e atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico.

A atividade ora relatada é parte integrante do eixo denominado: atividades de integração teórico-práticas, constituído pelo Projeto de Intervenção pedagógica na escola; Produção didático-pedagógica e Projeto de Implementação do Projeto de intervenção pedagógica na escola.

Este eixo organizador do PDE tem como objetivo a promoção do diálogo entre a Universidade e a Educação Básica. Em busca da materialização deste ideal, o programa contempla, como uma de suas atividades, a elaboração, pelo professor PDE, sob a orientação de seu professor orientador, do Projeto de Implementação da ação proposta no início do programa.

Esse Projeto é um instrumento de caráter pedagógico que corresponde a uma proposta de aplicação prática, na escola de atuação do professor em formação, das teorias disseminadas nos cursos e seminários organizados e ministrados pelo corpo docente da Instituição de Ensino Superior a qual o professor-PDE está vinculado durante o curso.

Nesse contexto, por meio de um trabalho pautado nas contribuições da Teoria Enunciativa de Linguagem, Bakhtin/Volochinov (1992), Bakhtin (1997) e da perspectiva sociointeracionista de ensino de língua materna, Geraldi (1996), Geraldi (1997), Sercundes (1997), Fiad & Mayrink-Sabinson (1991), Menegassi (2001) e

Santos (1998), o presente artigo se propõe a apresentar algumas reflexões suscitadas durante o processo de implementação do projeto de intervenção pedagógica. Essa ação buscou:

- a) fomentar a consolidação de espaços de discussão teórico-metodológica entre os professores de língua materna no interior do estabelecimento de ensino;
- b) contribuir para a assunção de uma postura crítico-reflexiva em relação às práticas pedagógicas com a escrita que se colocam a serviço apenas do normativismo gramatical;
- c) disseminar, junto a esses profissionais docentes, elementos teórico-metodológicos que lhes permitisse apropriar-se da reescrita enquanto procedimento inerente ao ensino da produção textual.

Assim, o percurso teórico-metodológico por nós empreendido é apresentado em três seções. Na primeira delas, abordamos os referenciais teóricos que nortearam o nosso olhar em relação à realidade escolar sobre a qual se pretendeu intervir e a construção do conjunto de práticas a ela direcionadas. Em seguida, relatamos os procedimentos de intervenção materializados em encontros pedagógicos intitulados “Oficina: aspectos teórico-metodológicos de produção e reescrita de textos”. Por fim, nos esforçaremos em, com base no referencial teórico e nas ações relatadas, estabelecer uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido e suas implicações para o ensino de língua materna nesse contexto específico de intervenção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná – DCE, ao tratar dos fundamentos teórico-metodológicos de Língua Portuguesa, assumem, em relação a esse processo, uma postura ancorada na Teoria Enunciativa de linguagem desenvolvida a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin. Segundo os quais:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica

isolada, nem pelo processo psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim, a realidade fundamental da Língua. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p.123).

Assim, ao considerar essa natureza inegável da língua, não se pode pensar o seu ensino sem levar em conta a sua efetivação no interior das relações sociais. A esse respeito, as DCE - Língua Portuguesa preconizam: “ensinar a língua materna, a partir dessa concepção, requer que se considerem os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido, bem como o contexto de produção do enunciado” (PARANÁ, 2008 p. 2). Isso implica na construção de práticas pedagógicas que superem atividades como a análise de frases isoladas ou o estudo do texto desvinculado de seu contexto de produção e circulação, bem como, a superação das chamadas aulas de redação em que “se produz texto na escola para a escola e não, na escola para a sociedade” (GERALDI, 1997, p. 136). Nessa postura criticada por esse autor, a escrita do aluno estaria, a exemplo do que acontece com a leitura, a serviço do normativismo gramatical.

Para tanto, faz-se necessário o deslocamento na unidade de ensino de língua portuguesa, abandonando-se o estudo descontextualizado das regras do sistema linguístico e assumindo o trabalho com o enunciado. Cabe ressaltar que, nas relações sociais suportadas pela língua, tais enunciados, a partir de sua esfera de circulação, das intenções enunciativas do locutor, das características do alocutário e da situação específica de interação verbal, vão assumindo características próprias cujas regularidades e particularidades permitem a configuração dos chamados gêneros do discurso.

Ao pensar nas implicações pedagógicas decorrentes da dimensão interacional da linguagem, o documento curricular mencionado define que o ensino de língua materna nas escolas públicas do estado do Paraná esteja organizado a partir de três práticas discursivas: oralidade, leitura e escrita.

Embasados em Fiad & Mayrink-Sabinson, no que tange à escrita, objeto de preocupação do trabalho ora proposto, essa prática social de linguagem deve ser entendida como “trabalho”:

A escrita é uma construção que se processa na interação e a revisão é um momento que demonstra a vitalidade desse processo constitutivo, pensamos a escrita como um trabalho e propomos o seu ensino como uma aprendizagem do trabalho de reescritas. Consideramos um texto como um momento no percurso desse trabalho, sempre possível de ser continuado. O texto original e os textos dele decorrentes podem nos dar uma dimensão do que é a linguagem e suas possibilidades. (FIAD E MAYRINK-SABINSON, 1991, p.55).

Desse modo, o texto a ser produzido, dentro ou fora do ambiente escolar, necessita ser alvo de um constante processo de interlocução em que o escrevente vai reformulando o produto sempre inacabado do ato de escrever, com vistas à adequação de seu enunciado escrito às contingências da situação enunciativa. Portanto, a revisão e a reescrita são procedimentos inerentes à prática social de produção de textos.

Cumpramos ressaltar que a ideia de escrita como trabalho está estreitamente vinculada à noção de que o sujeito se constitui na e pela linguagem. Por conseguinte, a produção de textos, sejam orais ou escritos, implica não apenas na reprodução do já dito, mas na sua reconstrução interna que tem sua essência na participação do sujeito em situações sociais de uso da linguagem, evento que não acontece sempre de forma harmônica e tranquila, mas por meio de um processo de reflexão e refração dos sentidos, característica própria da palavra, segundo a teoria bakhtiniana de linguagem.

Nessa perspectiva de escrita, a produção textual é vista, segundo Geraldi (1997), como ato de interlocução em sala de aula. Diante disso, o pesquisador propõe que sejam atendidas as seguintes condições:

- a) se tenha o que dizer;
 - b) se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer;
 - c) se tenha para quem dizer o que se tem a dizer;
 - d) o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz;
 - e) se escolham as estratégias para realizar (a), (b) e (d).
- (GERALDI, 1997, p. 137).

Ao se assumir essa concepção, faz-se necessário compreender, conforme temos apontado, que a escrita não é um elemento isolado, mas uma prática que se

desenvolve ao longo de um processo, o qual se dá em três etapas, conforme (SANTOS, 1998, p. 27): “planejamento, textualização e revisão”.

A primeira dessas etapas, segundo a autora, o planejamento, consiste em uma etapa pré-verbal em que o escritor seleciona o tema, define as estratégias e organiza o texto a ser escrito em função do interlocutor e dos objetivos propostos. Já na etapa da textualização, de caráter verbal, ocorre a materialização das decisões tomadas pelo sujeito na etapa anterior, ou seja, aquilo que foi previamente planejado ganha forma, agora, por meio da escrita propriamente dita.

Por fim, na etapa da revisão, o escritor faz uma leitura crítica do material linguístico produzido com vistas a definir as possíveis adequações que lhe permitam atingir plenamente o seu intento interlocutivo. É nessa etapa que tem lugar o processo de reescrita enquanto atividade concretizadora das decisões definidas no processo de revisão.

Desse modo, é importante atentar-se para o fato de que a assunção pela escola dessa perspectiva de escrita como trabalho implica em dispensar atenção para o processo de sua realização, não só para o seu produto final. Por conseguinte, torna-se essencial o investimento na busca pela compreensão da função da reescrita como uma ação inerente ao processo de produção textual.

Nesse sentido, pode-se recorrer às contribuições de Menegassi (2001), que em suas pesquisas sobre a escrita nos ensina que “Além de aprimorar a leitura, a reescrita auxilia a desenvolver e melhorar a escrita” (MENEGASSI, 2001, p.50). Fundamentado com Chenoweth (1987), o pesquisador afirma que a reescrita funciona no desenvolvimento da escrita:

[...] ajudando o aluno escritor a esclarecer melhor seus objetivos e razões para a produção de textos. Nessa perspectiva, esse autor considera que reescrever seja um processo de descoberta da escrita pelo próprio autor que passa a enfocá-la como forma de trabalho, auxiliando o desenvolvimento do processo de escrever do aluno. (MENEGASSI, 2001, p. 50).

Elucidados mais uma vez pelos ensinamentos desse pesquisador, podem-se perceber algumas características da reescrita:

Nasce a partir de revisões efetuadas no texto; é um processo presente na revisão; é produto que dá origem a um novo tipo de processo permitindo uma nova fase na construção do texto; é um

processo de análise e reflexão e recriação sobre a própria construção textual. (MENEGASSI, 2001, p. 50).

Conforme se tem procurado evidenciar, a opção por uma prática de produção de texto, na perspectiva da escrita como trabalho, exige uma nova postura por parte do professor que deve buscar os mecanismos que propiciem situações bastante próximas do real para que, assim, ocorram as condições de produção já mencionadas, de forma a amenizar o artificialismo no tratamento dado aos textos nas salas de aula de língua portuguesa.

Consoante às DCE já mencionadas e as teorias que as sustentam, o trabalho aqui relatado objetivou a efetivação de tais concepções no interior da sala de aula, visto que esse espaço, historicamente marcado por uma abordagem tradicional dos estudos linguísticos, carece de práticas pedagógicas que instaurem, junto aos alunos, a dialogicidade sem a qual não pode haver a apropriação dos recursos de que a língua disponibiliza aos seus usuários, com vistas ao alcance de suas intenções discursivo-pragmáticas e o conseqüente exercício da cidadania.

Assim, vislumbrou-se nas atividades de reescrita textual, das quais trataremos na próxima seção, instrumento capaz de instaurar um ensino de língua portuguesa que considere as situações reais de uso do idioma e o papel ativo dos sujeitos na produção e circulação desses enunciados, conferindo, assim, materialidade àquilo que as vozes dos professores paranaenses fizeram ecoar teórica e metodologicamente, no texto das diretrizes.

A respeito dos docentes, apesar do desejo de mudança expresso no processo de elaboração do documento curricular, não se pode ignorar o fato de que também esses profissionais trazem em sua formação escolar e acadêmica as marcas do ensino de língua materna em uma perspectiva tradicional. Desse modo, muito pouco lhes foi propiciado em termos de experiências de uso efetivo da língua como prática social em ambiente escolar, fator que limita e determina a abrangência das práticas que desenvolvem junto a seus alunos.

Face a essa realidade, julgamos pertinente que, em vez de trabalharmos diretamente com um grupo de estudantes, oportunizássemos primeiro aos professores a participação em atividades de escritas pautadas nessa teoria. Nosso entendimento foi de que, uma vez experimentando a posição de escrevente, esses profissionais teriam melhores condições de ressignificar a sua prática e disseminá-las de forma reconfigurada nas diversas realidades escolares em que atuam, mais

particularmente no estabelecimento de ensino com cuja realidade a intervenção ora relatada pretendeu contribuir.

3 OFICINA PEDAGÓGICA: UM EXERCÍCIO DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE ESCOLAR

Esta seção será constituída de um duplo movimento, inicialmente apresentará uma descrição global das ações de implementação do projeto de intervenção no contexto escolar mencionado que se configurou em uma oficina pedagógica sobre revisão e reescrita de textos. Na sequência, aproximamos o foco da mediação desenvolvida junto ao grupo no sentido da apropriação destas práticas para as futuras ações docentes.

3.1 Ações de Implementação: uma visão de conjunto

Apesar dos inúmeros avanços ocorridos nos últimos anos, no âmbito da educação paranaense, não se pode negar que nossos estudantes ainda compartilham de algumas realidades semelhantes às de seus colegas de outras unidades da federação: muitos deles, após vários anos de escolaridade, concluem seus estudos sem conseguir dominar com autonomia as práticas sociais que envolvem o uso da língua escrita. Embora essa desconfortável situação seja herança de abordagens tradicionais de ensino de língua portuguesa, bem como de opções político-pedagógicas que negligenciaram os conteúdos escolares em favor do trabalho com projetos, diluindo a especificidade e a contribuição de cada uma das disciplinas escolares para a formação dos cidadãos. Os educadores que lidam cotidianamente com essa disciplina escolar não podem eximir-se da busca de alternativas que contribuam para a amenização dessa problemática. Desse modo, na proposição do presente trabalho, somos impelidos pelos seguintes questionamentos:

- Qual é o papel da reescrita no processo de desenvolvimento da escrita?

- Como a reescrita pode ser assumida como uma atividade inerente ao processo de escrita de textos?
- Como melhorar a relação do aluno e do professor com a atividade de reescrita de textos?

Para instrumentalizar esse processo, organizamos o trabalho de implementação em forma de uma oficina, intitulada “Dimensão teórico-metodológica e teórico-prática de produção e reescrita de texto”, com base na unidade didática: “Resumo: a reescrita em foco”. A oficina reuniu, por meio de convites, um grupo de doze professoras de Língua Portuguesa, que atua no Ensino Médio do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, em Loanda, colégio de origem da professora PDE, com o propósito de oferecer subsídios teórico-metodológicos para o trabalho de mediação do desenvolvimento da escrita pelos alunos desse nível de escolaridade, enfocando a reescrita como atividade primordial nesse processo. Vale ressaltar que a opção pelo gênero Resumo se deu pela intenção de tomar como instrumento de escrita e reescrita um texto acadêmico uma vez que se constitui na esfera atuação de grande parte das disciplinas escolares.

Organizada e desenvolvida em cinco encontros concluídos com uma Conferência de Encerramento, a oficina envolveu discussões teórico-práticas sobre escrita e reescrita, envolvendo o grupo buscou promover a assunção de uma postura crítico-reflexiva em relação às práticas pedagógicas com a escrita que se colocam a serviço do normativismo gramatical e disseminou, junto aos participantes das oficinas, elementos teórico-metodológicos, permitindo apropriarem-se da reescrita enquanto procedimento inerente ao ensino da produção textual.

O primeiro encontro constou da apresentação, para o grupo, do projeto de intervenção pedagógica “O papel da reescrita e da intervenção docente no processo de desenvolvimento da produção de texto”, mais especificamente, da sua proposta de implementação na escola. Para tanto, o procedimento inicial constou da exposição do aporte teórico de sustentação da abordagem da escrita assumida no trabalho: concepção enunciativa de língua em Bakhtin (1992) e nessa perspectiva, a abordagem dos gêneros discursivos, Bakhtin (1997); escrita como trabalho, a partir de Fiad & Mairink Sabinson (1991); revisão e reescrita, ancorados nas reflexões de Menegassi (2001).

Durante a exposição, os professores apresentaram indícios de familiaridade com esses pressupostos teóricos por ocasião da participação nas discussões

realizadas durante seu processo de formação continuada nos últimos anos de sua atuação, na rede pública de educação, manifestando ansiedade por vislumbrar possibilidades práticas de efetivação dessa teoria no ensino da escrita.

Já o segundo encontro constituiu-se de atividade teórico-metodológica de produção textual para a qual selecionou-se o gênero discursivo resumo, abordando: o conceito de resumo, seus elementos característicos, seu processo de produção e o processo pelo qual se desencadeia essa atividade de escrita junto aos alunos.

Em face do caráter teórico-metodológico desse procedimento, coube a professora PDE exemplificar o processo de produção desse gênero a partir do texto “As primeiras vilas e cidades do Paraná”, contido no Livro Didático Público de História, em sua Unidade 10 “Relações de poder: Urbanização e industrialização no Paraná, de autoria da professora Marli Francisco (FRANCISCO, 2006).

Nesse momento, as professoras apresentaram reflexões sobre o processo de produção de resumo em sua experiência escolar quando alunas, relatando que este foi um gênero solicitado em várias disciplinas apenas como cumprimento de tarefa e, na maioria das vezes, não lido por seus professores, ou seja, não ensinado.

Com relação ao terceiro encontro, a ação desenvolvida teve caráter teórico-prático. Para isso, tendo como referência a escrita como um processo que implica em reescritas, foi apresentada uma proposta de produção da primeira versão de um resumo para as professoras cursistas, organizadas em duplas, a partir de três textos contidos na sequência da unidade didática do livro de história, quais sejam: A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e de cidades no Paraná; A ocupação do interior: o surgimento de novas cidades vinculadas ao agroextrativismo; A diversidade da agropecuária e da industrialização espalhada pelo território paranaense. (FRANCISCO, 2006).

No quarto encontro, a intenção inicial consistia em, levando em consideração a temática do texto fonte, sua ordenação e progressão, isto é, a identificação das informações contidas e como elas estão ordenadas no texto, fazer a devolutiva da versão dos resumos produzidos pelos grupos de professoras e, a partir de comentários, apresentar apontamentos para encaminhar sua revisão e reescrita.

Esta atividade necessitou de revisão e da reorganização da proposta de trabalho inicialmente pretendida, pelo fato de que a maioria dos grupos, exceto um deles, apresentou comportamento semelhante àquele presente nos alunos em sala de aula, ou seja, cumpriram a tarefa para entregar e não se engajaram no processo

de aprender, atitude criticada por elas nas reflexões que apresentaram, no segundo encontro, sobre sua experiência com o resumo em sua vida escolar. Isso comprometeu a eficácia da interlocução entre a professora PDE e as cursistas mediada pelo texto produzido, pois, uma vez apagadas as condições de produção dos resumos, toda intervenção do ensino se daria sobre o produto e se restringiria em correções e não em mediações do processo para o desenvolvimento da escrita.

Nesse sentido, todo o trabalho de intervenção no processo de produção escrita se deu a partir de um dos trabalhos que correspondeu ao solicitado na proposta de produção do resumo.

As afirmações anteriores podem ser atestadas pelo nível de envolvimento das cursistas refletido na qualidade do trabalho apresentado como resposta à proposta de produção de resumo oferecida aos grupos de professoras. A esse respeito cabe salientar que a resposta esperada consistia em que as participantes apresentassem textos correspondentes a cada uma das etapas do processo de produção do resumo, exemplificadas e discutidas no quarto encontro: identificar a idéia central do texto; listar as ideias principais que sustentam essa temática, explicitar sua ordenação e progressão no texto; a partir dessa capacidade de leitura, sintetizar essas ideias apresentando-as com palavras próprias, respeitando as exigências da norma culta da língua portuguesa.

Diante dessa situação, as intervenções se deram a partir do único trabalho que apresentou todas estas etapas do processo de produção do resumo. Pois, acreditamos que só conseguiremos aferir um julgamento sobre a qualidade do resumo, se verificarmos o processo que alicerçou esse produto.

O quinto momento teve como propósito avaliar a produção das professoras cursistas e implicou na retomada das atividades de revisão, reescrita e nova avaliação do professor.

Cabe ressaltar que, diante da reorganização realizada no quarto momento da oficina, essa atividade se deu tendo como objeto de reflexão, revisão e reescrita, por todos os grupos, da única versão do texto produzida na oficina, por um dos grupos participantes, que possibilitou a intervenção no seu processo de produção, mencionado anteriormente.

Concluídas as atividades práticas, a sexta e última atividade da oficina se realizou com a conferência de encerramento do projeto de implementação na escola, proferida pelo Prof. Dr. Renilson José Menegassi, da Universidade Estadual

de Maringá, e orientador da professora-PDE, que dirigiu as atividades de implementação, cujo propósito foi proporcionar, às professoras participantes, a consolidação dos princípios teóricos e metodológicos disseminados durante o desenvolvimento do trabalho.

3.2 Configurações práticas da revisão e reescrita no contexto da intervenção pedagógica

A prática de escrita no contexto da implementação relatada teve como primeira proposta de trabalho a produção de um resumo do texto “A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e cidades no Paraná” contido no Livro Didático Público de História, em sua Unidade 10 “Relações de poder: Urbanização e industrialização no Paraná, (FRANCISCO, 2006), constante nos anexos deste artigo.

A proposta do gênero textual supramencionado foi organizada a partir das seguintes orientações:

- 1) - Realize uma leitura do texto completo, sem interrupções e responda:**
 - a. De que trata o texto?
 - b. Em que parte do texto aparece sintetizada essa idéia global?
- 2) - Em uma segunda leitura observe:**
 - a. Como está estruturado o texto?
 - b. Quais os recursos linguísticos e gramaticais utilizados para promover a unidade temática?
 - c. Como as informações estão organizadas nos parágrafos?
- 3) - A partir de uma terceira leitura:**
 - a. Sublinhe as informações principais do texto eliminando as acessórias.
 - b. Elenque todas as informações principais apresentadas no texto.
 - c. Quais os recursos linguísticos e gramaticais utilizados no texto para garantir a progressão textual?
 - d. Reescreva essas informações utilizando palavras próprias, garantindo o nível padrão de linguagem.
 - e. Organize essas informações de maneira a formar com elas um texto objetivo, coeso e inteligível que exprima de forma concisa o conteúdo do texto fonte.
 - f. Faça mais uma leitura comparando o texto original com seu resumo para verificar se ele permite o seu reconhecimento como outra forma de apresentação do texto original.

A essa solicitação, obtivemos, de um único grupo, a apresentação de todas as etapas do processo, das quais selecionamos algumas questões e respostas para expor a seguir, acompanhadas da intervenção da professora-PDE (destacadas em itálico) e seguidas de comentários.

É importante mencionar que, nesse momento, houve uma interrupção nos procedimentos previstos, haja vista que, em função da necessidade de alteração da data do encontro, as autoras da versão ora reescrita não puderam participar das atividades finais da oficina. Esse fato exigiu o prosseguimento das atividades de reescrita do texto a partir do diálogo com os demais participantes da atividade formativa. Embora tivéssemos percebido, nesse momento, o comprometimento de nossas intenções iniciais, procuramos reconfigurar a proposta da oficina, no contexto da implementação, de modo a assegurar, minimamente, a apropriação dos processos linguísticos, discursivos e cognitivos envolvendo as práticas de revisão e reescrita, por meio das explanações e exemplificações sobre o processo de construção do texto, o único objeto de que dispúnhamos para dar continuidade à proposta.

As questões apresentadas para mediar o resumo foram então retomadas e coletivamente discutidas, conforme se pode observar na pequena mostra a seguir, formada pela resposta apresentada pelas cursistas, a intervenção da Professora Proponente e as considerações e reflexões suscitadas a partir delas:

QUESTÃO PROPOSTA	1 - Faça uma leitura completa do texto e responda: a) - De que trata o texto?
RESPOSTA APRESENTADA	R: A erva-mate e a sua potência dentro do mercado (exportação).
COMPLEMENTOS E INTERVENÇÕES	R: A erva-mate e a sua potência dentro do mercado (exportação). <i>Contribuindo para o povoamento e o surgimento de cidades paranaenses.</i>
COMENTÁRIOS	Como podemos observar o grupo não conseguiu identificar, com clareza, a ideia central do texto a ser resumido. Ou seja, não compreendeu que seu principal foco é a relação entre a cultura da erva-mate e a formação das cidades paranaenses. Essa leitura superficial do texto fonte se reflete na qualidade de sua retextualização, pois, dentre as competências envolvidas na produção de um resumo está a <i>“perfeita compreensão do</i>

	<i>texto</i> ". (FIORIN & SAVIOLI, 2006). Desse modo, por não ter compreendido plenamente o texto proposto para leitura, o grupo demonstrou dificuldades na percepção de qual era realmente a ideia central em torno da qual este se desenvolvia.
--	---

QUESTÃO PROPOSTA	b) Em que parte do texto aparece sintetizada essa ideia global?
RESPOSTA APRESENTADA	R: A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e projetou a sua exploração no comércio nacional e internacional vindo exercer influência na economia paranaense a partir de 1722.
COMPLEMENTOS E INTERVENÇÕES	<i>Será que essa resposta se altera depois da complementação da questão anterior?</i>
COMENTÁRIOS	Nossa intenção com este questionamento era que as cursistas percebessem que esta ideia central está resumida no título do texto, uma vez que este, se bem elaborado, sintetiza a informação global a ser desenvolvida. As professoras não tinham conhecimento dessa finalidade desse elemento composicional. Ademais, ao fazerem a leitura do relato histórico em busca de sua idéia central, desconsideravam este componente. Relataram, por fim, que esta foi uma informação nova para elas, o que nos permite vislumbrar uma alteração em sua postura de leitoras, na medida em que, no confronto com os próximos materiais de leitura, disporão de uma nova estratégia no processo de produção de sentidos.

QUESTÃO PROPOSTA	2 - Em uma segunda leitura, observe: c) Como as informações estão organizadas nos parágrafos?
RESPOSTA APRESENTADA	R: Elas estão organizadas num processo contínuo, obedecendo uma ordem de informações, as quais têm como acompanhamento uma explicação clara sobre o que está sendo mencionado no texto anteriormente.
COMPLEMENTOS E INTERVENÇÕES	R: Elas estão organizadas num processo contínuo, obedecendo uma ordem de informações, as quais têm como acompanhamento uma explicação clara sobre o que está sendo mencionado no texto anteriormente. E <i>algumas exemplificações. isto é, o texto é composto de informações principais e acessórias: fatos, explicações e exemplificações.</i>
COMENTÁRIOS	A capacidade de identificar esta forma de organização das informações no texto favorece a eficácia da seleção dos

	<p>conteúdos essenciais que serão subsídios para sua retextualização nas características próprias do gênero resumo. Podemos perceber, na resposta do grupo, que ele demonstra ter conhecimento desta forma de organização do texto expositivo e reiteramos a ideia de que esta uma condição sem a qual não é possível produzir, com qualidade, esse gênero textual. Porém, esta nossa hipótese entra em conflito quando analisamos a atividade seguinte em que, na tarefa de sublinhar as informações principais, ele não consegue separá-las das acessórias.</p>
--	---

QUESTÃO PROPOSTA	<p>1 - A partir de uma terceira leitura: Sublinhe as informações principais apresentadas no texto:</p>
RESPOSTA APRESENTADA	<p>A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e de cidades no Paraná</p> <p><u>Preocupado com a expansão econômica do sul do Brasil, Portugal autorizou às populações de Paranaguá e Curitiba a comercializarem com a colônia de Sacramento e Buenos Aires, levando para essas regiões: madeiras, telhas, tijolos e, principalmente, a erva-mate.</u></p> <p><u>Planta nativa do solo dos planaltos e planícies meridionais do continente latino-americano, a erva-mate a princípio era usada apenas para o consumo interno. A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e projetou a sua exploração no comércio nacional e internacional vindo exercer influência na economia paranaense a partir de 1722.</u></p>
COMPLEMENTOS E INTERVENÇÕES	<p><u>Preocupado com a expansão econômica do sul do Brasil, Portugal autorizou às populações de Paranaguá e Curitiba a comercializarem com a colônia de Sacramento e Buenos Aires, levando para essas regiões: madeiras, telhas, tijolos e, principalmente, a erva-mate.</u></p> <p><u>Planta nativa do solo dos planaltos e planícies meridionais do continente latino-americano, a erva-mate a princípio era usada apenas para o consumo interno. A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e projetou a sua exploração no comércio nacional e internacional vindo exercer influência na economia paranaense a partir de 1722.</u></p>
COMENTÁRIOS	<p>Observemos que os dois parágrafos são iniciados com explicações das informações principais que vêm logo em seguida, destacadas, neste trabalho de formação docente, com cor amarela. Porém, no primeiro, as professoras sublinharam todo o parágrafo, não diferenciando o que é essencial do acessório e no segundo, elas desconsideraram a ideia principal e</p>

	<p>selecionam como matéria prima de seu resumo o que é secundário.</p> <p>Consideramos pertinente reafirmar que o conhecimento desse processo de produção do resumo é imprescindível para a intervenção qualitativa no desenvolvimento da escrita do aprendiz, pois estas informações são subsídios para o diálogo entre o leitor do texto (professor) e o autor (aluno) mediado pelo texto em processo de escrita (objeto de reflexão).</p>
--	--

Na sequência, apresentamos duas versões do resumo produzidas ao longo do processo de formação. A primeira, realizada no início do trabalho e a segunda, fruto das revisões e reescrita, desencadeadas nas reflexões coletivas sobre o processo de elaboração de resumos.

1ª VERSÃO
<p>A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e de cidades no Paraná</p> <p>Portugal, preocupado com a economia do sul do Brasil, autorizou Paranaguá e Curitiba a comercializarem com a colônia do Sacramento e Buenos Aires, vários produtos, principalmente, a erva-mate.</p> <p>A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e passou a ser explorada no comércio nacional e internacional.</p> <p>O aumento da exportação desse produto para os países platinos se deu após a Guerra do Paraguai, o qual era o maior concorrente da produção paranaense. Após o conflito, este país passou a ter problemas econômicos, mantendo a produção deste produto só no mercado interno, facilitando, assim, a produção de Erva-mate do Paraná.</p> <p>A mão-de-obra utilizada era escrava, mas com a crescente industrialização e a chegada de imigrantes, a mão-de-obra passou a ser livre. O mercado local ganhou impulso e, com isso, iniciou-se a primeira fase da industrialização paranaense.</p> <p>Os imigrantes ajudaram a formar o mercado de trabalho urbano e industrial, surgindo novos empregos, diretos e indiretos em vários setores produtivos.</p> <p>A indústria ervateira contribuiu para a formação do trabalho assalariado, e também serviu de suporte a outras empresas como: embalagem, metalurgia, madeireira e gráfica. Com a produção local, a erva-mate transformou-se no principal produto de exportação e ganhou novos rumos na economia paranaense, permitindo assim, o surgimento de novas cidades.</p> <p>Com isso, houve o desejo das elites paranaenses em organizarem um governo próprio. A partir desses interesses internos e externos se dá a emancipação política da Província do Paraná, em 1853. Concomitantemente, o governo central brasileiro passa a olhar com mais interesse a região paranaense.</p>

2ª versão

A importância da erva-mate na formação das cidades paranaenses.

O cultivo e a comercialização da erva-mate exerceram grande influência para a formação de vilas e cidades no estado do Paraná. O processo foi motivado pelo interesse de Portugal em ampliar a economia no sul do Brasil, para tanto, permitiu que a população de Paranaguá e Curitiba comercializasse, dentre outros produtos, a erva-mate, com Sacramento e Buenos Aires. Assim, o produto que inicialmente era comercializado apenas internamente, conquistou mercado nacional e internacional, transações crescentes, principalmente após a guerra, seguida de grandes conflitos econômicos, do Paraguai, um dos grandes concorrentes da produção ervateira paranaense. Com a ampliação da produtividade, ocorreu a industrialização, absorvendo a classe operária da época e, com a chegada de imigrantes e a crescente industrialização, a mão-de-obra que era escrava foi substituída pela livre. Desta forma, a indústria ervateira formou trabalhadores assalariados, o que fez com que a produção local fosse transformada no século XIX, no principal produto de exportação do Paraná, sobretudo, as novas técnicas de produção e o aumento na economia possibilitaram que Portos, estradas de ferro e serrarias fossem atraídas pela erva-mate, a qual se estendeu do litoral e ganhou o interior, povoando regiões, servindo de suporte a outras empresas, permitindo o surgimento de novas cidades, portanto, a economia ervateira que concentrava-se nas cidades e em seus arredores, bem como a instalação de engenhos fora das cidades provocou a urbanização ao seu entorno e promoveu, ainda, a emancipação política, por meio da qual as elites desenvolveram um governo próprio, tornando-se foco de interesse do governo central.

Notamos que, a partir da clareza da ideia central do texto fonte, o grupo teve o cuidado de organizar esta segunda versão do resumo com a exposição inicial desta premissa como temática de sua retextualização. Notamos que essa explicitação balizou a exposição das outras informações principais ao longo do texto. Acreditamos que essa estratégia de estruturação da escrita em relação à primeira versão foi fruto da intervenção ocorrida durante o processo de sua produção quando, a partir do primeiro questionamento ao texto, se ajudou a identificar sua ideia global, de modo que esse conhecimento provocasse alteração no grau de importância atribuído a tal informação deslocando-a de sua posição no final do texto de origem para o ponto inicial do resumo, conferindo-lhe a possibilidade de ser sustentada por todas as outras informações principais. Outro fato que consideramos pertinente atentarmos é para a contribuição desse trabalho para o desenvolvimento de uma das principais exigências do resumo, ou seja, alto nível de compreensão leitora do aluno.

Ao voltar nosso olhar para a importância da reescrita como instrumento de desenvolvimento da escrita, foco principal desse trabalho, podemos refletir sobre a possibilidade de auto revisão do texto, retomando todo o processo de sua produção, como contemplava o encaminhamento dado a produção do resumo. Podemos também analisar como isto favoreceu a tomada de consciência das ações promotoras das melhorias necessárias na reescrita do resumo rumo a garantia da eficiência do gênero. Em vista disso, é possível perceber traços dessa qualidade na reescrita quando, pelo exercício de identificação das idéias principais e secundárias do texto a ser resumido, as autoras selecionaram o que era essencial e, tendo refletido sobre sua forma de organização no texto fonte, reconfiguraram tais informações de modo a transformá-las em palavras próprias e interligá-las garantido uma unidade de sentido ao novo texto.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INTERVENÇÃO

Em nosso percurso de estudos e tentativas de intervenção na prática que se realiza com a escrita nas salas de aula, algumas inquietações nos acompanharam, as quais foram enunciadas no início deste trabalho.

A respeito da primeira questão que mobilizou este trabalho, isto é, qual seria o papel da reescrita no processo de desenvolvimento da escrita, temos a considerar que a prática por nós desenvolvida junto aos docentes evidenciou que a reescrita tem papel primordial no processo de escrita, na medida em que confere ao escrevente a apropriação de estratégias que possibilitam o aprimoramento gradativo de seu texto e o desenvolvimento de habilidades que propiciarão a elaboração mais eficaz de textos futuros.

Com relação ao segundo elemento mobilizador deste estudo, a saber, “como a reescrita pode ser assumida como uma atividade inerente ao processo de escrita de textos” temos condições de afirmar que no trabalho de revisão o escritor se torna leitor de seu próprio texto por meio de um necessário gesto de distanciamento e, como interlocutor de si mesmo, avalia e reescreve o texto com o qual dialoga. À medida em que percebe a si mesmo nesse diálogo com a sua produção e se sensibiliza em relação às estratégias que utiliza no processo de aprimoramento textual, o escrevente tende a automatizar tais habilidades, executando-as de forma

menos dolorosa a cada texto que produz. De igual forma, ao notar a qualidade gradativamente ampliada de suas produções, poderá sentir-se ainda recompensado pelos esforços empreendidos.

Por fim, ao analisar a terceira indagação, “Como melhorar a relação do aluno e do professor com a atividade de reescrita de textos?”, somos levados a inferir que primeiro é necessário ao professor apropriação do procedimento e percepção do exercício de sua própria subjetividade no processo de escrita e, assim, desenvolva estratégias e atitudes de mediação no que tange aos textos produzidos em sua ação docente.

Nesse sentido, para que a reescrita seja assumida como atividade inerente ao processo de escrita, é necessário o rompimento com o que tradicionalmente se faz em termos de ensino de língua materna e a assunção de uma nova postura metodológica em relação a esse objeto de ensino. Para tanto, exige-se que as propostas de produção textual considerem a finalidade social do gênero a ser produzido e as suas condições de produção e circulação. No caso específico deste trabalho, foi fundamental a compreensão de que o resumo é um gênero textual com finalidade, interlocutores e circulação próprios, servindo como instrumento a determinadas práticas escolares e não apenas ao cumprimento de uma tarefa ou ao preenchimento do tempo da aula.

Entendemos que, quando o aluno se dá conta disso, a sua resistência ao reescrever tende a enfraquecer-se, pois seu interesse na produção de um texto de qualidade ganha maior significado. Estes pressupostos, quando experimentados concretamente pelo professor, podem balizar de forma mais significativa o seu trabalho no ensino da escrita de textos.

Como consequência desse processo, quando o estudante percebe que a produção textual não serve apenas como instrumento de aferição de suas habilidades linguísticas, mas é parte de um processo de interação no qual a sua voz é valorizada e respeitada, o professor deixa de ser adversário para ser parceiro da interação verbal. Nessa perspectiva o reescrever deixa de ser encarado como punição para os erros cometidos e passa a constituir-se em oportunidade para se dizer melhor aquilo que se pretendia em termos dos objetivos propostos.

Com relação a essas considerações de caráter teórico-metodológico, ao longo da realização das oficinas, percebemos não haver resistência dos docentes em aderir discursivamente a elas. Assim, encerradas as atividades de

implementação, pode-se afirmar que a oficina serviu para disseminar os fundamentos da teoria enunciativa de linguagem e suas implicações para o ensino da língua materna e exemplificar sua materialização em sala de aula.

Porém, o propósito principal que era possibilitar às professoras a reflexão sobre o seu próprio processo de produção textual, de modo que, instrumentalizadas pelas atividades de revisão e reescrita, construíssem a consciência de seu próprio processo de desenvolvimento da escrita, transpondo-o para as práticas pedagógicas por elas desenvolvidas, aprimorando as suas possibilidades de mediar a construção dos textos de seus alunos, ficou bastante comprometida, pois os textos necessários para tais reflexões não foram produzidos por essas professoras, restando como possibilidade final a análise, revisão e reescrita do texto produzido por um único grupo de colegas.

Portanto, embora no nível do discurso exista uma adesão aos pressupostos enunciativos de linguagem, ao colocar-se na posição de produtor de textos em situação escolar, as professoras participantes do projeto de intervenção mostraram-se ainda profundamente marcadas pelos traços tradicionais de sua formação, fato atestado pelo seu comportamento quando lhes foi solicitado produzir e reescrever o texto planejado para a oficina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos, a partir da teoria enunciativa de linguagem, e da perspectiva sociointeracionista de ensino de língua materna, apresentar uma proposta de intervenção pedagógica que oferecesse contribuições para a superação das dificuldades apresentadas pelos estudantes no desenvolvimento da escrita.

Para tanto, ocupamo-nos em sintetizar um referencial teórico, pautado nas idéias de Bakhtin e de seu Círculo e de linguistas seus seguidores, capaz de sustentar a mudança de postura pedagógica necessária ao enfrentamento do problema mencionado. Ademais, socializamos o relato da tentativa por nós empreendida de efetivamente intervir na realidade escolar por meio da realização de uma oficina em que os docentes da disciplina de Língua Portuguesa pudessem experienciar essa

nova abordagem e, após compreendê-la, transpô-la ao cotidiano de suas salas de aula.

Com a consciência do distanciamento existente entre o pretendido e o que foi efetivamente realizado, cumpre-nos, ao final desse percurso, confrontar a realidade observada com aquela que se procurou construir na busca pelo alcance dos objetivos que ensejaram tal percurso. Assim. Quanto ao primeiro objetivo que era fomentar a consolidação de espaços de discussão teórico-metodológica entre os professores de língua materna no interior dos estabelecimentos de ensino, podemos dizer que foi alcançado na medida em que por seis manhãs o grupo dos professoras sentou-se para, coletivamente, discutir e apropriar-se de instrumentos necessários a superação dessa problemática que assola o ensino de Língua Portuguesa em todos os níveis e modalidades de ensino.

Já no que tange ao segundo objetivo, contribuir para a assunção de uma postura crítico-reflexiva pelos profissionais docentes em relação as práticas pedagógicas com a escrita que se colocam a serviço do normativismo gramatical, temos condições de afirmar que a sua consecução se deu de forma parcial, uma vez que em seus relatos e nas discussões propiciadas pela oficina, as professoras deram mostras de sua consciência quanto às limitações impostas aos estudantes pela abordagem essencialmente gramatical, característica das abordagens tradicionais de ensino de língua materna. No entanto, ao serem convocadas a assumir a condição de escreventes, não romperam com o fardo imposto por essa mesma tendência em sua formação anterior, comportando-se de maneira pouco distinta daquela apresentada por estudantes expostos a semelhante proposta, apesar das reflexões teóricas de que foram anteriormente sujeitos.

Em se tratando do terceiro objetivo, disseminar junto aos professores da rede estadual de educação básica do Paraná elementos teórico-metodológicos que lhes permitam apropriar-se da reescrita enquanto procedimento inerente ao ensino da produção textual, podemos dá-lo como alcançado, uma vez que, ao final do processo, as educadoras participantes possuíam as noções fundamentais do referencial teórico e metodológico no qual se ancora o processo de reescrita.

Por fim, ao contemplarmos a meta geral que nos mobilizou ao intento pedagógico ora discutido, ousamos afirmar que este foi alcançado, uma vez que os subsídios teóricos e metodológicos necessários à prática docente relativos ao ensino da escrita foram oferecidos e satisfatoriamente discutidos e exemplificados, conferindo,

assim, êxito a nossa iniciativa, embora, conforme explicitamos, seja ainda necessário um trabalho de continuidade que foge às possibilidades e abrangência deste trabalho de modo que os educadores gradativamente desfaçam-se das marcas tradicionais de sua formação pelas quais não são culpados.

Concluimos, assim, com o poema de João Cabral de Mello Neto:

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(João Cabral de Mello Neto)

O trabalho ora relatado foi o primeiro grito, esperamos não ser o único.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. /VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11.Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. A escrita como trabalho. In: MARTINS, M.H. (org.) **Questões de linguagem**. São Paulo : Contexto, 1991, p. 54-63.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI F. P. **Para entender o texto – Leitura e redação**. 16. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

FRANCISCO, M. **Relações de poder: Urbanização e industrialização no Paraná**. Livro Didático Público de História. Curitiba: SEED-PR. 2006. Extraído de <[HTTP://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivosFile/livro_e_diretrizes/livro/historia/seed_his_e_book.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivosFile/livro_e_diretrizes/livro/historia/seed_his_e_book.pdf)>. Acesso em 23.mai.2011.

GERALDI, J. W. A escrita como trabalho: operações e meta-operações de construção de textos. In: GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras-ALB, 1996
_____. **Portos de passagem**, 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENEGASSI, R.J. Comentários de revisão na reescrita de textos: componentes básicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n 35,p. 84-93, 2000.
_____. Da revisão a reescrita: operações lingüísticas sugeridas e atendidas na construção do texto. **Mimesis**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 49-68, 2001.

PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares de Educação Básica: Língua Portuguesa**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008.

SANTOS, Maria do Carmo O. T. O texto escrito: a seleção e a organização das informações. **Acta Scientiarum**, Maringá, 20(1): 27-32, 1998.

SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever. In: GERALDI, J.W.; CITELLI, B. (Org.) **Aprender e ensinar com textos dos alunos**. vol 1. São Paulo: Cortez, 1997, p. 75-97.

ANEXOS

10

RELAÇÕES DE PODER: Urbanização e industrialização no Paraná

■ Marli Frandsco¹



■ CARLOS HÖBERTHAL. **Panorama de Curitiba**, 1888. Aquarela, 40 x 91 cm.

■ Museu Papapanos

A ocupação do Estado do Paraná não se deu de forma uniforme e imediata, passou por um longo período de constituição das vilas e cidades. Mas você sabe como as cidades foram formadas no Paraná? Quais as relações econômicas e políticas que forjaram as cidades como a representada na imagem? E a sua cidade, em que processo histórico foi constituída?

¹Colégio Estadual Chateaubriandense - Assis Chateaubriand - PR

■ As primeiras vilas e cidades do Paraná

Os primeiros povoados que surgiram, na área que hoje é o Estado do Paraná, foram fundados por espanhóis, *Ciudad Real del Guayra*, em 1557, próximo ao atual município de Guaíra e *Villa Rica del Espiritu Santu* em 1576, onde se encontra hoje o município de Fenix. Além desses povoados, foram fundadas as reduções, que eram aldeias administradas por padres espanhóis: os jesuítas.

A presença espanhola nessa parte da América foi resultado do tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, em 1494. Por este tratado, a Espanha detinha a maior parte das terras que forma o nosso estado hoje. Nesse contexto, século XV, os espanhóis foram abrindo caminhos e estenderam seus domínios territoriais, com o objetivo de aprisionar índios, escravizando-os, deter as contínuas invasões dos portugueses em seu território e conseguir no futuro um porto marítimo, no Atlântico, para Assunção.

Observe o **mapa 1**, referente ao Paraná Espanhol, para que você possa fazer uma leitura do mesmo a fim de identificar a divisão territorial organizada por Portugal e Espanha proposta pelo Tratado de Tordesilhas em 1494.

Mapa 1



Fonte: DEQUINO, 2001, p. 69.

Texto 1

Todo esse conjunto de caminhos foi percorrido por espanhóis e portugueses, tendo sempre como objetivo primeiro o preamento de índios e a busca de metais preciosos. Datam desta época proibições impostas pelas autoridades espanholas e portuguesas quanto a multiplicidade dos caminhos e o conseqüente desrespeito às linhas de Tordesilhas. Entretanto a formação da União Ibérica, a partir de 1580, foi motivo suficiente para que aquelas proibições não fossem eficazmente levadas em consideração. (SANTOS, 2001, p. 18).

Através da leitura do **mapa 1**, você observou que a preocupação dos portugueses em relação à ocupação espanhola não era em vão. Além do território, os portugueses também tinham interesses econômicos nessa região, principalmente com relação ao apresamento de indígenas e a busca por metais preciosos e, por isso, organizaram expedições bandeirantes paulistas para destruir os povoados e as reduções espanholas impedindo a sua expansão. Na imagem de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), você pode visualizar a representação da ação dos bandeirantes paulistas no planalto curitibano.

Com a destruição da maioria dos povoados espanhóis e das reduções jesuítas, as terras pertencentes à Coroa espanhola foram praticamente abandonadas tanto pelos portugueses como pelos espanhóis no decorrer do século XVII.



PESQUISA

- Pesquise sobre a ocupação espanhola no território que atualmente pertence ao Paraná. Procure definir como eram organizadas as reduções (missões) religiosas e as vilas espanholas nos séculos XVI e XVII.

Documento 1



■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. **Soldados índios de Curitiba**, escultura do selvagem, c. 1834. Litografia, Estampa 22, Plancha 20, DEBRET, 1989 [1834]

As terras que pertenciam a Portugal foram efetivamente ocupadas com a descoberta de ouro próximo à Baía de Paranaguá, na metade do século XVII, fato que marca o início do povoamento do nosso litoral.

Nesse período, Paranaguá pertencia à Capitania de São Vicente, em função da divisão territorial do Brasil realizada por D. João III, em 1534, denominada de Capitânicas Hereditárias. É importante ressaltar que essas terras eram efetivamente ocupadas por vários povos indígenas. Os conflitos entre os colonos europeus e brasileiros e os povos indígenas eram frequentes, por causa da invasão de suas terras. Esses povos reagiram pacífica ou violentamente contra a presença e o processo de povoamento imposto pelos europeus e brasileiros, assim como foram incorporados ao processo de colonização.

Os portugueses iniciaram a colonização do Paraná pelo litoral e a mineração foi a atividade que motivou o povoamento deste território. Com a notícia do ouro na baía de Paranaguá, um grande número de pessoas foi atraído para esta localidade vindo de várias partes de Portugal e da América portuguesa, como: São Vicente, Santos e Rio de Janeiro. Em função dessa descoberta, Paranaguá foi elevada à categoria de vila em 1660, século XVII.

Na esperança de fazer fortuna, a busca pelo ouro reinou por mais de cem anos. Como Paranaguá (1648), novos povoados foram surgindo na trilha do ouro: Curitiba (1693), Guaratuba (1771) e Antonina (1797). A atividade mineradora ajudou a abrir caminhos e a formar povoados que se transformaram em cidades.

A cidade de Curitiba foi fundada por desejo dos moradores da região, que queriam organizar a comunidade que se formara no Primeiro Planalto. A criação de uma Vila ou Município no Brasil, durante o período colonial, seguia as determinações da coroa portuguesa, sen-

do que as Câmaras Municipais instituídas nessas Vilas representavam a aliança entre o poder central e o poder local.

A Câmara Municipal de Curitiba foi fundada em 1693 e, em 1721, recebeu a visita do Ouvidor Raphael Pires Pardini, funcionário real enviado pelo rei D. João V (1689-1750), para organizar as vilas da colônia, do qual a câmara recebeu instruções sobre como deveria funcionar. As normas impostas pelo ouvidor Pardini são chamadas de **Provimentos** e detalham sobre toda a organização da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

Entre os provimentos do ouvidor, existem os que legislam sobre a organização do espaço urbano. A concepção de ocupação do espaço urbano adotada pelo Estado português tinha como modelo “a quadra retangular perfeitamente adensada, vista a partir da rua como um conjunto compacto de fachadas, delimitadas por ruas em grade” (PEREIRA, 1993, p.197). A permissão para as construções eram cedidas pela Câmara de acordo com regras pré-estabelecidas que buscavam reforçar a idéia da cidade como um espaço destinado a atividades comerciais, artesanais e religiosas, demarcando as especificidades do campo e da cidade. O Estado, através de sua legislação, demonstrava a preocupação em definir e separar os espaços públicos e privados, buscando a disciplinarização do convívio em comunidades.

Documento 2



■ Curitiba: Rua das Flores nos tempos da Província (atualmente Rua 15 de novembro). Autor desconhecido. Data desconhecida.

Documento 3

Provimentos do ouvidor Pardini

(...) 37. Proveu que daqui por diante nenhuma pessoa com pena de seis mil réis para o conselho faça casa de novo na vila sem pedir licença à Câmara, que lho dará e lhe assinará chãos em que se fa-

ça continuando as ruas que estão principiadas e em forma de que vão todas direitas por corda, e unindo-se umas com as outras, e não consentam que, daqui por diante, se façam casas separadas e sós como se acham algumas, porque além de fazerem a vila e povoação disforme ficam os vizinhos mais expostos a insultos e desviados dos outros vizinhos para lhe poderem acudir em qualquer necessidade que de dia ou de noite lhe sobrevenha.

39. Proveu que dando o conselho chãos para os quintais aos vizinhos será conforme a testada de suas casas e com tanto fundo como os mais tiverem, e serão obrigados os vizinhos a fazerem neles seus cercados para ficarem fechados e livres de desastres e ofensas de Deus que resultam dos quintais estarem abertos e mal tapados. E por esta mesma razão obrigarão aos vizinhos a que tenham as portas de suas casas fechadas, sempre e que não haja na vila pardieiros e ranchos abertos de que se seguem os desserviços de Deus que se têm visto neste povo, sobre o que farão suas posturas e acordões. (PARDINHO, **Provimientos** [Curitiba, 1721] apud PEREIRA, 1993, pp. 197, 198.)



ATIVIDADE

- A partir da leitura do **documento 3**, faça a descrição de uma rua de uma cidade do período colonial brasileiro.
- Quais os argumentos utilizados pelo legislador Ouvidor Pardinho para defender a organização urbana por ele proposta?
- Na arquitetura das cidades paranaenses representada no **documento 2**, pode-se observar permanências da organização da ocupação do espaço proposta no **documento 3**?



PESQUISA

- Em grupo, pesquise sobre o funcionamento das câmaras municipais da América portuguesa durante o período colonial. Depois, organize um painel para apresentá-lo a sua turma.

O crescimento das populações dos “lugares” ou povoamentos do litoral, no século XVIII, e as relações das mesmas com as vilas de Paranaguá e Curitiba permitiram que novas vilas fossem fundadas naqueles territórios. Leia o que a historiografia relata sobre a fundação de Antonina e Morretes:

Texto 2

Antonina

Tal qual Paranaguá, os primeiros desbravadores da região de Antonina, situada nos fundos da baía de Paranaguá, foram faiscadores de ouro. Entretanto, a fundação da povoação somente veio a ocorrer a 12 de setembro de 1714, quando o bispo do Rio de Janeiro autorizou a construção de uma capela. Em 6 de novembro de 1797, o nascente núcleo foi elevado à categoria de Vila, recebendo a denominação de Antonina, em memória ao príncipe D. Antônio (1795-1802), filho primogênito do então príncipe regente D. João VI (1767-1826) e D. Carlota Joaquina (1775-1830). (Adaptado de WACHOWCZ, 1988, p.44 e 45.)

Ensino Médio

Texto 3

Morretes

Nos fins do século XVII e início do XVIII, a região era percorrida por aventureiros e faiscadores de ouro. O ouvidor Rafael Pires Pardiniho, terminando sua correição em Curitiba, desceu para a marinha pelo rio Cubatão e, observando como era, percebeu que no futuro deveriam existir povoações no referido rio, a fim de que o mesmo se transformasse numa via comercial, tal qual ocorria em outras regiões, em casos semelhantes. Em 5 de junho de 1769, obteve provisão para erguer uma capela. Pela lei provincial de São Paulo, nº 16 de 01/03/1841, Morretes foi elevada a município, desmembrando-se de Antonina. (Adaptado de WACHOWICZ, 1988, p.45 e 46.)

Documento 4



■ WILLIAM LLOYD. Vista geral de Antonina, 1872. Aquarela, 11x34 cm. Coleção particular.



ATIVIDADE

- Leia os **textos 2 e 3** e observe a imagem presente no **documento 4**. Depois, relacione os aspectos econômicos na fundação dos povoados citados nos textos.

Dado a diminuição do ouro encontrado na Baía de Paranaguá e a notícia da descoberta desse minério na província de Minas Gerais, no final do século XVII, ocorreu um esvaziamento da população dos garimpos paranaenses para aquela região, pois, a maior parte do ouro do litoral paranaense era de aluvião, ou seja, encontrado no leito dos rios, nas encostas ou nas camadas superficiais da terra. Esta forma de garimpagem, mais simples, era denominada de faisqueira. O ouro deixou de ser a atração do litoral paranaense. A vida econômica, antes resumida na mineração, voltou-se para outras atividades.

Muitas dessas atividades ainda eram ligadas à mineração, entre elas estava a pecuária. O gado foi utilizado economicamente nas mais diversas formas: na alimentação, nos trabalhos domésticos, na agricultura, no transporte e no aproveitamento do couro. Com a diminuição do

ouro garimpado no território paranaense, a pecuária ganhou destaque, pois o comércio de gado com a região de Minas Gerais se tornou atrativo. Leia o que a historiografia relata sobre esse tema.

Texto 4

Na primeira fase econômica paranaense, constituída de economias locais de subsistência e de mineração, houve predominância da mão-de-obra escrava indígena. Tanto no litoral como no planalto, os índios estavam facilmente à disposição dos colonizadores e exigiam menores investimentos para serem transformados em escravos. O grande afluxo de mão-de-obra africana alcançou ainda o final dessa fase econômica, mas a importação de castivos está ligada principalmente a novos fatores da ordem externa.

Devido às novas descobertas de ouro noutras regiões do Brasil como Minas Gerais e Cuiabá, a região paranaense foi abandonada pelos paulistas.

A economia mineradora "pamanguara" entrou em completa desagregação e os habitantes passaram a se dedicar exclusivamente às pequenas plantações para a própria subsistência e para permutas.

Em virtude da escassez da produção aurífera, desde o início os campos de Curitiba serviram, do ponto de vista material, às atividades ligadas à lavoura de subsistência e à pecuária. A área se prestou à exploração e ao pastoreio, e esse novo gênero de vida exigiu, pouco a pouco, a fixação de pequenos núcleos de habitantes, com seus escravos, em torno dos pousos e dos currais de gado. (adaptado de SANTOS, 2001.)

O tropeirismo era a atividade realizada por homens que trabalhavam com a venda e transporte de gados *vacum*, muares e mercadorias de uma região para outra. Para esta tarefa, os tropeiros utilizavam as mulas por serem mais resistentes aos caminhos de difícil acesso. As tropas eram de propriedade dos tropeiros, que viajavam pelo interior da colônia alugando seus serviços e a capacidade de carga de seus animais. Os tropeiros exerciam, assim, o papel de comerciantes ao comprar e vender produtos nas localidades por onde passavam, chegando a fazer o papel de "mensageiros" quando levavam notícias dos moradores de uma localidade para outra num território que abarcava as fronteiras castelhanas do Rio Grande do Sul até as Minas Gerais. As cidades onde estes tropeiros instalaram suas famílias passaram a concentrar parte da riqueza da economia do gado, formando núcleos de poder local.

No século XVIII, a pecuária ganhou espaço econômico ligada ao transporte de gado e muares vindos do Rio Grande do Sul, através do caminho do Viamão, para serem revendidos em Sorocaba (na capitania de São Paulo). Inúmeras pousadas, que serviam para descanso das tropas, foram criadas ao longo do percurso deste caminho, dando origem a várias cidades como: Palmas, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro, Palmeira, Pirai do Sul, Jaguariaíva e Castro, contribuindo no processo de povoamento da região dos Campos Gerais.

Ensino Médio

Mapa 2



■ **Caminho de Viçosa.** Fonte: Atlas do Estado do Paraná. ITCF, In.: DGO-LIN, 2001, p.06

Observe o **mapa 2** e através dele conheça o itinerário dessa importante via de comércio usada pelos tropeiros. Depois leia o que a historiografia relata sobre a organização sócio-econômica do Paraná setecentista.

Texto 5

O estabelecimento da pecuária como empresa econômica fundamental cristalizou a manutenção do trabalho escravo. E nessa conjuntura econômica houve a transposição do sistema escravista da mineração em decadência para a criação de gado, em plena ascensão. A partir daí, houve uma mudança de atividades de grande parte dos habitantes do planalto, e mesmo do litoral. Diante disso, *alguns mineradores se fizeram "tropeiros", "invernadores" e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a essas atividades*. E, ainda, através de cartas de concessão de sesmarias, constata-se a presença de escravos que acompanhavam os mestres nas atividades de pastoreio.

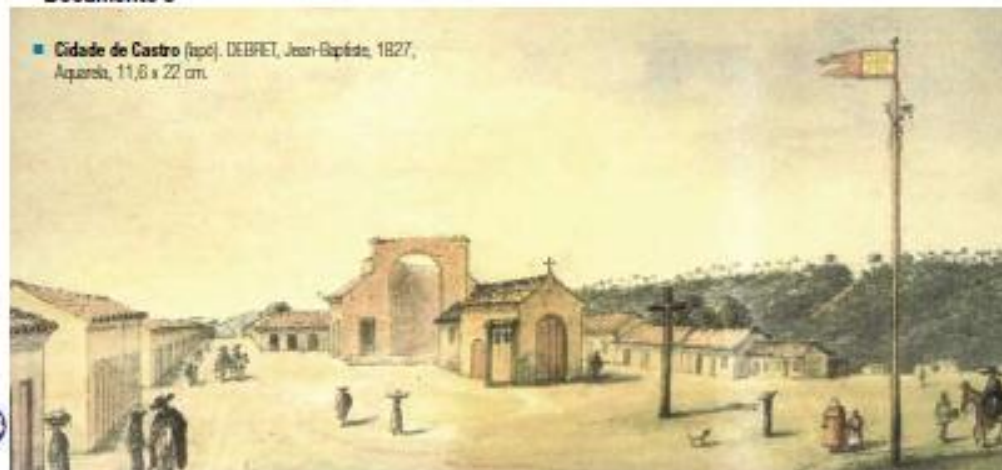
O Paraná do século XVII se articulou face a uma dicotomia. Estabeleceram-se, praticamente, duas áreas econômicas não integradas: 1) a área da economia pecuária, isto é, os Campos Gerais, caracterizada pela criação e transporte do gado e pelo tropeirismo que, durante a maior parte do século XVIII abastecia a economia central do Brasil. E aqui deve-se levar em consideração que as fazendas eram também auto-suficientes, ou seja, produziam sua própria subsistência. 2) a área onde prevaleceram os padrões específicos de economia de subsistência, isto é, as pequenas vilas do planalto e do litoral, que raras vezes entravam em contato com os pólos centrais da economia colonial e que guardavam seu ritmo lento de produção. (Adaptado de SANTOS, 2001, pp. 31 e 35.

Citação em itálico: Coleção de documentos do arquivo histórico ultramarino Português. *Photocopie* do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Doc. n° 364, 1772.)

Observe a imagem presente no **documento 5**, a qual representa uma cidade que foi fruto da economia tropeira.

Documento 5

■ **Cidade de Castro (1807).** DEBPET, Jean-Baptiste, 1827, Aquarela, 11,6 x 22 cm.



■ Fonte: Coleção Marqueses de Bomsois (pertencente a Antônio Almeida Guimarães)



ATIVIDADE

Agora registre as informações que se pede:

a) Qual o tema da imagem, sua origem e época.

- Com base no **texto 5** e no **documento 5**, aponte elementos que permitam descrever o modo de vida dos habitantes de uma cidade tropeira dos séculos XVII e XIX.
- Depois disso, construa uma narrativa histórica explicando a origem das cidades dos Campos Gerais vinculadas ao tropeirismo e à pecuária.

A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e de cidades no Paraná

Preocupado com a expansão econômica do sul do Brasil, Portugal autorizou às populações de Paranaguá e Curitiba a comercializarem com a colônia do Sacramento e Buenos Aires, levando para essas regiões: madeiras, telhas, tijolos e, principalmente, a erva-mate.

Planta nativa do solo dos planaltos e planícies meridionais do continente latino-americano, a erva-mate a princípio era usada apenas para o consumo interno. A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e projetou a sua exploração no comércio nacional e internacional vindo exercer influência na economia paranaense a partir de 1722.

O aumento da exportação da erva mate para os países platinos, se deu após a Guerra do Paraguai. Este país que era o maior concorrente da produção paranaense passou por problemas econômicos após o conflito, o que fez com que a produção deste produto se voltasse para o mercado interno. Isso interferiu de modo positivo na produção de Erva-mate do Paraná. O auge da produção ervateira em nosso Estado, ocorre com a industrialização a partir de 1873, absorvendo grande parte da classe operária da época. Leia sobre como a historiografia explica o que favoreceu o crescimento econômico da erva-mate no território paranaense.

Texto 6

Tradicionalmente, e até os primeiros anos do século XIX, o Paraguai se constituía em quase exclusivo fornecedor de mate para as Repúblicas Argentina e Uruguai. Mas, a partir de 1804, já se encontram algumas referências à exportação brasileira, pois a relativa mudança da situação política do Brasil que se processa a partir de 1808 e o fato de em 1813 o ditador Francia, do Paraguai, proibir a exportação de erva-mate a fim de atender unicamente a demanda interna, fazem com que a partir desse ano, as próprias exportações desse produto aumentem. Argentina e Uruguai, vendo eliminado o seu fornecedor, voltam-se para o produto brasileiro. Assim é que, já em 1815, instala-se o primeiro engenho de mate

Ensino Médio

em Paranaguá para, em 1821, surgir outro. Paulatinamente, mas de forma consistente, as exportações desse produto vão crescendo no Paraná, bem como nos dois Estados mais ao sul. Essa tendência vai-se acentuando de modo a acarretar, no período de 1833 a 1836, uma alta crescente nos preços do produto exportado. Esses estímulos de tal importância para a economia da região que interferiram direta e imediatamente no sentido de aumentar grandemente a produção do mate. (PADIS, 1981, p.42.)

A princípio, a mão-de-obra utilizada nessa atividade era escrava. Com a chegada de numerosos grupos imigratórios e a crescente industrialização, a mão-de-obra livre substituiu a escrava. O mercado local ganhou impulso, principalmente o consumo de bens não-duráveis, compondo a primeira fase da industrialização paranaense. Os imigrantes ajudaram a formar o mercado de trabalho urbano e industrial, trabalhando no beneficiamento e no empacotamento do mate. Novos empregos diretos e indiretos surgiram em vários setores produtivos.

A indústria ervateira introduziu uma sofisticada divisão de trabalho no interior dos engenhos e contribuiu para a formação do trabalho assalariado. Da produção local, a erva-mate se transformou, no século XIX, como principal produto de exportação do Paraná e, devido às novas técnicas de produção, ganhou novas configurações econômicas. Portos, estradas de ferro, serrarias foram atraídas pela erva-mate. A produção, que antes se concentrava no litoral, ganhou o interior povoando regiões mais distantes. A indústria do mate serviu de suporte a outras empresas como: embalagem, metalurgia, madeireira e gráfica.

Com isso, a produção de erva mate permitiu o surgimento de novas cidades. Conforme aponta um historiador: “Em relação à economia ervateira, as unidades produtivas encontravam-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores. Quando os engenhos, por algum motivo, instalavam-se fora das cidades, provocavam a imediata urbanização de seu entorno” (PEREIRA, 1996, p. 11).

A emancipação política da Província do Paraná, em 1853, acontece a partir da conjunção de interesses internos e externos à economia paranaense. O crescimento da economia ervateira permitiu às elites paranaenses desenvolverem o desejo de organizar um governo próprio. Ao mesmo tempo, o governo central brasileiro passa a olhar com maior interesse a região paranaense. Compreenda o que a historiografia relata sobre o tema.

Texto 7

A partir do decênio de 1820, o mate tomou-se o mais importante produto da exportação paranaense, situação esta que se manteve durante praticamente todo o século XIX. É preciso considerar que, após 1840, o Paraná penetra profundamente na conjuntura de emancipação política de São Paulo, o que vai acontecer em 1853. Durante essa fase, os desejos de liberdade política estão diretamente ligados à necessidade de expansão comercial. Era, portanto, imperativa a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo a fim de que ela alcançasse mais rápido e diretamente o seu progresso econômico. (Adaptado de SANTOS, 2001, p. 43.)

Texto 8

Com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região [o Paraná] passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas. Porém, mais do que o fator econômico, a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná, e daí, para a própria Província de São Paulo.

Pode-se afirmar, portanto, que a emancipação foi uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações.

Após diversos embates com as elites paulistas, aprova-se, finalmente, em 1853, a emancipação da província, "em nome da segurança do Estado Brasileiro", e em atendimento às elites locais, que almejavam dirigir, com maior autonomia, as suas atividades. (Adaptado de MAGALHÃES, 2001, pp. 23-24.)

Mas, foi com a crise de 1929, período da queda da Bolsa de Nova York, que a erva-mate foi sendo substituída pela madeira e pelo café como produtos mais importantes.

Texto 9

A produção de mate era transportada, inicialmente, para o litoral, por tropas de muares, pelos caminhos da serra. Somente com a construção da Estrada da Graciosa, foi possível seu transporte nos carroções eslavos, muito mais eficientes".

Em 1853, possuía o Paraná 90 engenhos de beneficiamento do mate, tendo o produto paranaense alcançado grande consumo nos mercados de Buenos Aires, Montevideú, Valparaíso no Chile e Rio de Janeiro. Sua importância econômica, na condição de principal produto paranaense, ultrapassou o período provincial e, até a década de 1920, foi o esteio da economia do Paraná, apesar da forte concorrência oferecida pelo Paraguai. No início da industrialização do produto, a mão-de-obra utilizada era predominantemente escrava. Mais tarde, com a chegada de numerosos contingentes imigratórios e a complexidade crescente de sua industrialização, passou a exigir nas fábricas a presença de indivíduos alfabetizados. Desta forma, a mão-de-obra livre acabou substituindo a escrava, neste ramo da produção. (Adaptado de WACHOWICZ, 1988, p. 128.)

**ATIVIDADE**

- Compare os **textos 7 e 8** e analise a relação entre a economia ervateira e a emancipação política da Província do Paraná. Escreva as suas conclusões sobre esse tema.

A ocupação do interior: o surgimento de novas cidades vinculadas ao agroextrativismo

a) A Madeira:

Com a crise ervateira, a madeira se transformou, no final do século XIX, em base de sustentação da economia, chegando ao mercado in-

ternacional através das exportações. A produção ganhou impulso com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pois o Brasil ficou impossibilitado de importar madeira similar da Europa, favorecendo tanto o mercado interno como o externo, exemplo disto, temos a Argentina que passou a receber a madeira paranaense, principalmente a araucária, através do Porto de Paranaguá.

Contando com grande variedade de árvores, a indústria madeireira foi beneficiada com a construção da Estrada da Graciosa (1853-1873) e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá (1880-1885). Devido a intensa atividade madeireira, as serrarias tornaram-se comum no cenário urbano das vilas e cidades do interior do Paraná, levando consigo a indústria do papel, papelão, beneficiando também o setor mobiliário. Contudo, no final da década de 1970, a madeira nativa se encontrava esgotada.

No sudoeste, a madeira e a pecuária foram as atividades mais dinâmicas, estas deram origem a núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esse ramo da economia. Nesta região, em 1940, existiam apenas Guarapuava, Foz do Iguaçu e Clevelândia. Já na região Norte, Londrina, deu origem a outros municípios como: Cambé, Rolândia e Apucarana. Guarapuava originou Laranjeiras do Sul, Pitanga, Inácio Martins e Pinhão.

No oeste, o mate e a madeira impulsionaram o desenvolvimento dessa região e o surgimento de núcleos urbanos como, por exemplo, Guaíra - fundada em 1909 -, para favorecer a exportação do mate para a Argentina de fabricação da multinacional Sul Americana Mate Laranjeira. Cidades como Cascavel e Campo Mourão, inicialmente, também estavam ligadas a estas atividades.

b) O Café:

Desde 1860 o café já era cultivado no Paraná, fruto da expansão da grande lavoura cafeeira paulista. Nessa ocasião, paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do estado, que se tornou conhecida como Norte Pioneiro.

Texto 10

Colonos estrangeiros, de variada origem e procedência, também se estabeleceram no Norte do Paraná, muitos espontaneamente, outros dirigidos por companhias colonizadoras. No último caso, constituem exemplos significativos as colônias de Assaí e Uraí, fundadas, respectivamente, pela *Brazil Tokushoku Kaisha-Bratco* e pela *Nambu Tochi Kabushiri Kaisha*, com imigrantes japoneses e seus descendentes. (Adaptado de WESTPHALEN; CARDOSO, 1986.p. 64.)

O escoamento da produção bem como o abastecimento desta região eram realizados pelo Estado de São Paulo. Entretanto, a partir de 1924, essa região passaria a se integrar na economia paranaense, pois a vinculação da economia cafeeira com o estado de São Paulo trazia preocupações políticas.

O estreito relacionamento dos produtores paranaenses com o estado de São Paulo, além de causar a evasão de divisas com a venda da produção, também poderia quebrar a unidade territorial do estado. O que alterou esta realidade foi a ação do governo ao colocar a ocupação destas áreas sob responsabilidade de companhias colonizadoras privadas.

Texto 11

A mais conseqüente foi, sem dúvida, aquela realizada em 1927 em favor da empresa *Paraná Plantations Limited*, com sede em Londres, sucedida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, hoje companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

Contando com técnica superior, a Companhia organizou milhares de alqueires das melhores terras do Norte paranaense, dividindo-a em zonas, glebas e lotes coloniais, reservadas áreas de matas e para localização de patrimônios e cidades.

O tamanho médio dos lotes coloniais, em geral, foi de 15 mil alqueires. Em faixas alongadas, foram planejados com frente para a estrada que corria do alto do espigão e com aguadas no fundo, nos vales. Não havia servidão, nem propriedades encravadas. (Adaptado de WESTPHALEN; CARDOSO, 1986, p. 64.)

No início da década de 1950, a Companhia de Terras Norte do Paraná já havia vendido cerca de 26 mil lotes rurais (com tamanho em torno de 15 alqueires, ou seja, pequenas propriedades). O alqueire utilizado da venda dos lotes era o alqueire paulista.

1 alqueire goiano = 48.400m²

1 alqueire paulista = 24.200m²

1 alqueire do Norte = 27.225.m²

1 alqueire mineiro = 48.400m²

Os ingleses adquiriram terras do Norte do Paraná com o intuito de plantar algodão. Porém, este empreendimento fracassou, devido aos preços baixos do produto e a ausência de sementes sadias no mercado. Devido a estes fatores, criou-se em Londres a *Paraná Plantations* e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras. Portanto, os ingleses transformaram o projeto fracassado em projetos imobiliários. A grande novidade é que esta Companhia forneceu aos novos proprietários todos os títulos de propriedade da terra. Este era um fato novo para as condições da região e mesmo do Brasil em relação à política de terras. A medida adotada pela Companhia evitou conflitos entre os colonos antigos e os recém-chegados. Os ingleses, ao venderem pequenos lotes, ofereceram oportunidades aos trabalhadores posseiros de adquirirem a terra, já que as formas de pagamento eram adequadas às condições de cada comprador.

Neste contexto, o projeto imobiliário, desenvolvido pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, estimulou a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais. Colaborando para

uma verdadeira transformação na estrutura demográfica e econômica do Paraná, a população quase dobrou de tamanho entre 1940 e 1950 (passando de 1.236.276 habitantes para 2.115.547). Entre 1950 e 1960, a população atingiu 4.258.239 habitantes dobrando novamente. Esse ritmo de crescimento foi mantido até o ano de 1970.

Desta forma, o crescimento da população e a proliferação de pequenas e médias cidades estavam ligadas a ação das companhias colonizadoras (como Londrina e Maringá). O surgimento de novos municípios ocorreu em sua maioria entre as décadas de 50 e 60, sendo que 65% destes surgiram neste período. Em 1961 foram criados mais 81 novos municípios.

Texto 12

O surgimento de novas municipalidades guarda relação, é certo, com interesses políticos em geral e eleitorais em particular, mas traduz inegavelmente um padrão de adensamento urbano.

O Paraná viveu de fato, durante as décadas de 1950 e 1960, intensa proliferação de centros urbanos. No caso da região Norte, tal fato deve ser atribuído à expansão das atividades relacionadas ao café. No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia. (Adaptado de OLIVEIRA, 2001, p. 35.)

Esse processo de ocupação iniciou-se na região chamada Norte Novo, na década de 1930, sendo completado na década de 1960 com a ocupação da região conhecida como Norte Novíssimo, no Noroeste do estado, também estimulado pela cafeicultura.

No Norte, a expansão das atividades relacionadas ao café, como a comercialização, beneficiamento e transporte do produto, bem como a prestação de serviços e intermediação financeira levaram ao surgimento de várias cidades como: Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte e Umuarama. Desta forma, o café tornou-se, em pouco tempo, o produto de exportação mais importante para a economia paranaense desbancando a madeira e o mate, como demonstra a tabela.

Tabela 1

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NO PORTO DE PARANAGUÁ, 1948-55					
ANO	EXPORTAÇÃO (PERCENTUAL SOBRE A TONELAGEM)				
	CAFÉ	MADEIRA	MATE	MERCADORIAS DIVERSAS	TOTAL
1948	36	38	9	17	100
1949	46	39	9	6	100
1950	48	23	9	20	100
1951	61	19	6	14	100
1952	72	11	7	10	100
1953	74	7	5	14	100
1954	56	11	7	26	100
1955	50	34	8	8	100

Fonte: OLIVEIRA, 2001, p.34



ATIVIDADE

- Observe a **tabela 1** sobre a porcentagem de exportação das mercadorias no porto de Paranaguá entre 1948 e 1955 e registre em seu caderno as seguintes informações:
 - b) Qual o tema da tabela, o período que retrata e produtos analisados.
 - c) Construa um gráfico de barras mostrando a evolução da exportação do café, da madeira e do mate.
 - d) Determine o ano em que os produtos citados na **tabela 1** tiveram máximo percentual de exportação.
 - e) Qual o produto que teve o menor percentual de exportação entre os anos de 1948 a 1955.
 - f) Calcule a média aritmética da exportação do café durante o período analisado pela tabela. Pode utilizar os seguintes passos: Média aritmética = a soma da produção de café de todos os anos analisados e dividir esse resultado pelo total de anos.



PESQUISA

Realize uma pesquisa sobre média aritmética e média aritmética ponderada.

As distribuições de valores de uma amostra de números podem ser analisadas através de "Moda" e "Mediana", em que situações podem ser utilizadas? Dê exemplos.

No Paraná, entre as décadas de 1950-1960, houve um aumento na proliferação de novos centros urbanos. Na região Norte do Paraná, este fato se deve à expansão da cafeicultura. A cultura do café possibilitou a instalação de indústria de torrefação e a moagem deste produto, favorecendo a oferta de mais empregos nos centros urbanos. Porém, na década de 1960, a cultura do café mostrou os primeiros sinais de esgotamento. O Brasil e os outros países produtores de café geraram grande oferta deste produto, o que acarretou excesso de café no mercado e com isso o preço do produto foi forçado a baixar.

Além do excesso da produção, a cultura do café também sofreu com as intensas geadas no fim da década de 1960 e primeiros anos década de 1970, paralelo a isto, a política econômica adotada pelo governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961), a qual centrou-se no desenvolvimento industrial e colocou em prática o confisco cambial dos lucros dos produtores de café envolvidos com exportação, fez com que os cafeicultores paranaenses adotassem a cultura da soja como alternativa ou migrassem para outro ramo da economia.

A soma dos fatores acima citados acarretou o declínio da produção do café no Estado do Paraná. No Brasil, em 1969, um terço das expor-

tações devia-se ao café, porém este produto chega, em 1974, a representar 7% das exportações brasileiras.



PESQUISA

Faça uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de ocupação das diferentes regiões do Paraná levando em conta a imigração estrangeira e a migração das populações paranaenses e brasileiras. Depois, faça um dossiê sobre o tema.

A diversidade da agropecuária e da industrialização espalhada pelo território paranaense

Com a política de erradicação do café em nível nacional devido à superprodução e aos baixos preços no mercado internacional, o principal produto de sustentação da economia paranaense passou a ser substituído pela soja. Contando com o financiamento público, principalmente para os grandes proprietários, o crescimento da produção da soja foi um dos mais expressivos no país na década de 1970.

Contudo, os efeitos do crescimento da produção desta cultura sobre a industrialização e a urbanização paranaense foram enormes. O que a diferenciava das demais atividades agrícolas tradicionais, como o café, foi a intensiva utilização da mecanização no cultivo e na colheita, o que levou a dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Estes se dirigiram para novas fronteiras agrícolas no Mato Grosso e em Rondônia, mas a maioria destes trabalhadores se deslocou para as cidades paranaenses que não estavam preparadas para absorver um grande número de pessoas, como resultado temos graves problemas urbanos.

Outro efeito relacionado ao aumento da produção da soja foi a industrialização. Neste caso, ao invés de somente exportar a soja, foi incentivado pelo estado a criação de um parque industrial dedicado ao beneficiamento do produto transformando-o em farelo e em óleo. É neste contexto que surgem grandes cooperativas de produtores como a Cocamar, em Maringá, e a Coamo em Campo Mourão, sendo estas as mais expressivas destas localidades. Com isto, temos o desenvolvimento no interior do Estado do setor agroindustrial, concentrado na produção do café solúvel, óleo vegetal, fiação, produtos derivados do milho, álcool e outros.

No caso de Curitiba, a preocupação com a industrialização levou os dirigentes políticos a criar um distrito industrial na capital do Estado,

conhecido como Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que começou a ser instalada em 1973 e foi responsável, em grande parte, pela geração industrial do Paraná. Para isto, foi necessário a reorientação do crescimento da malha urbana. Neste período (década de 1970), Curitiba passava pela implementação de ações urbanísticas que possibilitavam a esta uma configuração urbana digna de muitos elogios. Muitas ações foram previstas no Plano Diretor, de 1966, como a reserva de uma área da cidade para instalação de um parque industrial.

No mesmo período, Ponta Grossa e Londrina começam, a se destacar como pólos industriais, nestas cidades instalaram, respectivamente, a continental AG e a Kuhmo.

No final do século XX, o fluxo industrial voltou-se para alguns municípios da região metropolitana de Curitiba, onde instalaram-se importantes indústrias, como: as montadoras de automóveis, a Renault e a Volkswagen/Audi em São José dos Pinhais; a Dana Motores, em Campo Largo; a Copo Thierry, em Quatro Barras; além de outras indústrias como a Siemens, em Irati.



PESQUISA

- Pesquise, na prefeitura de seu município, sobre políticas de desenvolvimento urbano, entre elas leis sobre parcelamento ou ocupação do solo. Depois, apresente para sua classe propostas sobre como reorganizar o espaço urbano de sua cidade conforme as necessidades de seus moradores.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, J. A. & WESTEPHALEN, C. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba, Livraria do Chain, 1986.
- OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: Secretária de Estado da Educação (SEED), 2001.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PERIS, A. F. **Estratégias de desenvolvimento regional – Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- SANTOS, C. R. A. do S. **Vida material e vida econômica**. Curitiba: Secretária de Estado da Educação (SEED), 2001.
- SCHIMDT, M. A. M. S. **História do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.
- WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

■ Obras consultadas

CAMARGO, J. B. de. **Geografia física, humana e econômica do Paraná**. S/I: Ideal Indústria Gráfica, 2001.

COSTA, S. G., **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

GIOVANNETTI, G.; LACERDA, M. **Dicionário de Geografia**. Melhoramentos, 1996.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: Secretária de Estado da Educação (SEED), 2001.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

PARANÁ, Secretária de Estado da Cultura e do Esporte. **História do Paraná**. Curitiba, 1986.

PEREIRA, M. R. M. **Rigores e métodos da cidade brasileira entre os séculos XVII e XIX**. Revista de Ciências Humanas. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 191-218, 1993.

_____. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: UFFPR, 1996.

■ Documentos consultados *ONLINE*

http://www.diaadiaeducacao.com.br/portals/portal/institucional/def/def_areas_historia_sesqui.php . Acesso em: 27 abr. 2006.

Extraído de

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/livro_historia/seed_his_e_book.pdf>. Acesso em 20.jul.2010.